

A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA INFÂNCIA NA PESQUISA E NA PRÁTICA DO PROFESSOR PEDAGOGO

Bianca Risoni ¹
Leziany Silveira Daniel ²

RESUMO

Esta produção aborda a relevância dos Estudos da Infância no exercício profissional do pedagogo, compreendido como responsável pela coordenação, orientação e gestão do ensino nas unidades escolares municipais de São José dos Pinhais, Paraná. Por meio de uma abordagem qualitativa e teórica, é realizada uma análise das concepções de infância presentes no Referencial Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental I. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Corsaro (2011), Prout (2010) e James (2010), que compreendem a criança como sujeito de direitos histórico, cultural e ativo. O estudo evidencia aproximações e distanciamentos entre teoria e prática pedagógica nas duas etapas educativas, sinalizando a necessidade de ampliar o diálogo e fortalecer a participação ativa das crianças inclusive na construção dos documentos curriculares. Nas considerações finais, reforça-se o papel do pedagogo pesquisador e formador como agente fundamental para promover mudanças que articulem teoria e prática pedagógica, garantindo a coerência dessas com as concepções de criança como sujeito protagonista, politicamente ativo e inserido nos contextos social, cultural e escolar. Por fim, apresenta-se um relato sobre o desenvolvimento do Grêmio Estudantil, ilustrando como a participação infantil pode contribuir para a construção de uma escola mais democrática e dialógica.

Palavras-chave: Profissional Pedagogo, Infância, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Referencial Curricular.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata sobre a importância dos Estudos da Infância para a reflexão e o aprofundamento pedagógico, compreendidos como essenciais para entender como a criança é vista e considerada social e educacionalmente. No Município de São José dos Pinhais (PR), o Referencial Curricular é o documento orientador entre teoria e prática pedagógica desenvolvida nas unidades escolares, diante disso, torna-se fundamental analisar criticamente as concepções de infâncias presentes neste documento, incluindo as possibilidades de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino (PPGETPEn) da Universidade Federal do Paraná – UFPR, biancarisoni@ufpr.br;

² Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal do Paraná – UFPR, leziany.daniel@ufpr.br.



articulação entre teoria e prática no trabalho de coordenação, orientação e gestão de ensino do profissional pedagogo.

Para tanto, este estudo apresenta como objetivo analisar as concepções de infância presentes no Referencial Curricular de São José dos Pinhais, considerando a necessidade de compreender os fundamentos teóricos que sustentam tais concepções. Apresentando como viés a experiência do profissional pedagogo atuante em unidade que atende as duas etapas de ensino, Educação Infantil e Ensino Fundamental I no mesmo espaço educativo. Portanto, parte-se da premissa de um olhar refinado sobre as especificidades, encontros e desencontros entre as duas etapas educativas, no qual o pedagogo assume uma postura investigativa e formativa, desenvolvendo olhar crítico sobre os documentos orientadores e as diferentes práticas pedagógicas das primeiras etapas da Educação Básica.

A pesquisa desenvolvida neste artigo adota uma abordagem qualitativa e de caráter teórico. Fundamenta-se em uma análise documental do Referencial Curricular de São José dos Pinhais, publicizado no ano de 2024 como versão preliminar, buscando compreender como as concepções de infância são abordadas nos documentos e refletidas na prática pedagógica mediada pelo profissional pedagogo. Articula-se com a literatura especializada no campo dos Estudos da Infância, mais especificamente da Sociologia da Infância, dialogando com os autores e produtores de conhecimentos referências do campo das investigações com e sobre crianças: como Manuel Jacinto Sarmiento, William Corsaro, Alan Prout, Allison James, Monique Aparecida Voltarelli e Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento.

O percurso metodológico foi estruturado em três principais etapas: análise documental, revisão bibliográfica e análise contextual somado à reflexividade crítica, que ocorrem concomitantemente ao longo da leitura. A análise documental consistiu na análise interpretativa do Referencial Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, guiada por categorias como protagonismo infantil, concepção de infância e participação ativa. A revisão bibliográfica, partindo do campo dos Estudos da Infância, Sociologia da Infância, permitiram aprofundar a análise das concepções de criança e garantir uma base sólida para a discussão e interpretação dos dados. A perspectiva reflexiva foi enriquecida pela apresentação da experiência sobre a participação das crianças no Grêmio Estudantil, agregando exemplo concreto do protagonismo infantil no cotidiano escolar.

Ao adotar esse percurso metodológico, buscou-se assegurar uma articulação coerente entre a análise documental, a revisão teórica e a reflexão prática, configurando uma perspectiva dialógica e crítica sobre as concepções de infância e o papel do pedagogo como pesquisador e formador. A pesquisa não se limita a descrever as diretrizes curriculares, mas



amplia-se na medida em que visa problematizar as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados pelos profissionais no contexto educacional do município de São José dos Pinhais.

A primeira seção abordará a concepção de criança presente no Referencial Curricular de São José dos Pinhais, especificamente da etapa Educação Infantil. Na segunda será analisada a visão de criança presente na primeira etapa do Ensino Fundamental. Nas considerações finais, serão estabelecidas reflexões sobre as aproximações teóricas e práticas das concepções de criança, entendendo a importância dos Estudos da Infância para análise e aprofundamento teórico e prático na pesquisa e no cotidiano escolar. Aprofundando a análise, trataremos na última seção sobre as implicações do Grêmio Estudantil em uma unidade do município, como forma de participação ativa e protagonista das crianças e estudantes no ambiente escolar.

A CRIANÇA E A INFÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Referencial Curricular de São José dos Pinhais, do ano de 2024, apresenta uma concepção de infância como uma etapa rica, complexa e plena de direitos, fundamentada em princípios democráticos e na valorização das múltiplas formas de ser, viver e aprender. Para tanto, as crianças foram categorizadas em grupos de atendimento, conforme explicita este trecho do Referencial:

Neste documento, optamos por acolher a proposição feita na BNCC (BRASIL, 2017), a qual categorizou o público-alvo da Educação Infantil em três grupos: bebês (0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). (RCSJP - EI, 2024, p. 13).

A categorização da infância nos documentos a partir de grupos etários é uma prática comum e tem razões relacionadas a aspectos pedagógicos, sociais, históricos e legais, apesar de autores apresentarem controvérsias a este respeito ao considerar esta organização como desenvolvimento “etapista”, neste caso a proposição de categorização foi escolhida a da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que centrada na lógica desenvolvimentista, classifica os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas para alinhar propostas pedagógicas às suas características e necessidades. Apesar desta classificação no Referencial a infância aparece compreendida como um período de singularidade, criatividade e protagonismo, em que os bebês e crianças são vistos como sujeitos históricos, culturais e de direitos, capazes de construir identidades, explorar o mundo e produzir cultura.



Para Corsaro, “é nos domínios institucionais, bem como na família, que as crianças começam a produzir e a participar de uma série de cultura de pares.” (2011, p. 38) Corsaro ainda entende que as culturas infantis são tecidas coletivamente, mediante os conhecimentos culturais e instituições às quais a criança se integra, de forma que ajudam a constitui-la de forma criativa e inovadora por toda a sua vida, cabendo destacar que no Referencial, a valorização da criatividade e curiosidade, assim como a escuta atenta aparecem como motores da aprendizagem.

Alan Prout e Allison James em *Constructing and Reconstructing Childhood* (2010), refletem sobre as crianças como agentes ativas e envolvidas na construção de suas próprias vidas, assim como na vida daqueles a sua volta, incluindo a sociedade em que vivem, criticando que as crianças não podem ser vistas como simples sujeitos passivos. Neste sentido, podemos analisar que a visão de criança como sujeito de direitos está diretamente alinhada com a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil no Referencial Curricular, no qual descreve-se as crianças como indivíduos que devem ser entendidos como ativos e construtores de significados e que aprendem experimentando, brincando, interagindo e criando hipóteses sobre o mundo.

É forte a presença do protagonismo infantil no texto do Referencial, destacando que as crianças devem ser agentes de seu aprendizado, com experiências que partem de seus interesses e vivências, e que a intervenção pedagógica deve potencializar essas descobertas e investigações, trazendo o protagonismo do adulto sem anular o protagonismo das crianças. A rotina é valorizada como um elemento essencial para as aprendizagens, sendo necessário criar espaços e tempos que favoreçam a autonomia, a interação e o bem-estar das crianças.

O documento ressalta, de maneira pouco aprofundada, a importância em respeitar as diferenças e necessidades específicas das crianças, buscando acolher e valorizar as subjetividades das crianças, desde bebês, no cotidiano educacional. No artigo *A Infância na América Latina: aportes do campo dos Estudos da Infância em Argentina, Brasil e Chile*, as autoras Voltarelli e Nascimento (2019), apontam que compreender a diversidade étnica, os diferentes dialetos, questões políticas, econômicas e sociais, promovem infâncias plurais, e por todas essas diferenças modificam as experiências da infância, como construção social as infâncias estão em constante processo de definição.

Porém, o que não se encontra no Referencial Curricular é o devido cuidado e atenção a este aspecto, apresentando pouco espaço ao tratar sobre as diferentes violências étnico-raciais, citada aqui como exemplo, pois encontra-se ainda presente quase que cotidianamente nas unidades escolares, muitas vezes sem ser compreendida e mascarada por outros tipos de



violências. Portanto, o Referencial deixa a margem quais são as diferenças e necessidades variadas encontradas no Município, aparentemente não há uma real investigação aprofundada sobre este merecido aspecto. Quais os suportes o Município oferece às crianças e profissionais da educação perante essas necessidades diferenciadas? Também não está evidenciado o conceito do termo acolhimento, exposto no texto. Como acolher as diferenças e especificidades se o professor e as crianças estão inseridos em um amplo contexto coletivo muitas vezes sem dar conta das demandas necessárias? Quais condições estão sendo fornecidas aos profissionais para que esta seja uma possível orientação de atendimento? Esses pontos em aberto no Referencial Curricular oportunizam espaço para incontáveis momentos de insegurança e questionamentos dos profissionais na prática pedagógica.

A CRIANÇA E A INFÂNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

O Referencial do Ensino Fundamental anos iniciais em São José dos Pinhais está organizado em anos, atentando-se às disposições quanto às idades indicadas como adequadas para cada nível, seguindo a organização da BNCC. É estruturado em cima de análise de dados sociais e políticos próprios do município, conforme trecho:

As desigualdades econômicas e sociais têm um impacto significativo no processo de ensino ↔ aprendizagem. Ao elaborar e implementar políticas públicas educacionais, incluindo currículos, é crucial considerar os aspectos econômicos e sociais das localidades em que as Unidades estão inseridas. É importante reconhecer que esses contextos podem variar bastante em São José dos Pinhais. Índices como o IDH-Educação, dados do Censo Escolar e dados sistematizados em sites como o QEdu podem fornecer informações valiosas para orientar a tomada de decisões e ações educacionais que atendam às necessidades específicas de cada comunidade escolar. (RCSJO - EF, 2024, p.19)

O Referencial Curricular destaca a importância de compreender que as crianças de cinco ou seis anos, que vêm da Educação Infantil, ainda são crianças quando chegam aos nove ou dez anos de idade, frisando a necessidade de respeito à fase do desenvolvimento infantil, mesmo que agora sejam tratadas como estudantes, entendido como sujeito imerso no ambiente escolar, ativo e protagonista do processo de ensino-aprendizagem.

Para Corsaro “[...] as crianças são agentes sociais, ativos e criativos, que produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas” (2011, p. 15) Acrescentando ao pensamento:

[...] as crianças são membros ou operadores de suas infâncias. Para as próprias crianças, a infância é um período temporário. Por outro lado, para a sociedade, a infância é uma forma estrutural permanente ou categoria que nunca desaparece,



embora seus membros mudem continuamente e sua natureza e concepção variem historicamente. (Corsaro, 2011, p. 15 - 16)

O Referencial refuta uma visão linear do desenvolvimento, defendendo que as crianças não progridem de maneira única, e sofrem influências do ambiente e das relações sociais. Adota a perspectiva do pensamento complexo, enfatizando a interdependência entre o contexto e o sujeito, assim como a visão integral da criança. As infâncias são vistas como múltiplas, reconhecendo que cada criança possui contextos sociais, culturais e históricos próprios.

Neste sentido, é possível compreender que apesar do Referencial apresentar uma visão abrangente do município, cada instituição educacional constitui uma cultura própria que influencia diretamente no processo de ensino aprendizagem, frisando a necessidade de garantir o desenvolvimento integral de todos. Frente a estes aspectos, alguns pontos permanecem pouco esclarecidos no documento: Qual é a autonomia das instituições considerando seus diferentes contextos? Como o município trata os desdobramentos que essas diferentes influências geram no processo de constituição do sujeito e conseqüentemente da aprendizagem?

[...] A subjetivação refere-se ao processo social e sujeito de cultura; a autonomia refere-se à possibilidade de a criança exercer um efetivo poder sobre sua vida, no quadro das relações intra e intergeracionais. Há uma dimensão individual e uma dimensão política, interconectadas, na subjetivação e na autonomia. A possibilidade de a criança se construir como ator social e sujeito de cultura e de ter poder sobre si própria respeita a construção da personalidade de cada criança, mas tal construção é politicamente configurada, no sentido de que se estabelece no quadro das condições políticas e institucionais em que vivem as crianças [...] (Sarmiento, 2013, p. 39)

Assim como no caderno da Educação Infantil, o Referencial do Ensino Fundamental traz as crianças reconhecidas como protagonistas de suas aprendizagens, com direito à participação ativa no processo educativo e social, portanto, são vistas como agentes capazes de transformar e ser transformadas pelas interações com o meio. As crianças não apenas reproduzem, mas também criam cultura, influenciando o meio e sendo influenciadas por ele.

[...] os(as) estudantes são incentivados(as) a desenvolver pensamentos e raciocínios próprios, ao invés de apenas receber passivamente informações de seus(suas) professores(as). A ideia subjacente é que a aprendizagem seja uma tessitura ativa, ou seja, que os(as) estudantes explorem, questionem, interajam e vivenciem o conhecimento dentro de contextos reais. [...] (RCSJO - EF, 2024, p.20)

Fica nítido que a concepção de infância presente no Referencial é baseada na nova concepção da infância que Sarmiento (2013) discorre como característica, ter como norte a promoção dos direitos da criança, a avaliação e enaltecimento da posição da criança na



sociedade, como um trabalho de resgate da categoria infância terrivelmente entendida como subalterna, ou como Prout e James (2010) tratam em suas produções, resgate a uma visão tradicional do desenvolvimento infantil e socialização.

O desenvolvimento das crianças no município de São José dos Pinhais é compreendido em três dimensões interconectadas: ser, pensar e agir, no qual o ser: Refere-se à construção da identidade e dos valores, enfatizando a interação com os outros e com o meio. O pensar: Destaca a capacidade de refletir, criar e resolver problemas, promovendo o raciocínio crítico e criativo. E por fim o agir: Foca no desenvolvimento das competências práticas e na relação com o ambiente físico e social.

Essas dimensões contemplam o desenvolvimento emocional, cognitivo, social e prático. Valorizam-se as suas capacidades de interação, expressão e criatividade. Reconhece o papel do meio social na construção do conhecimento e no desenvolvimento infantil, portanto a aprendizagem ocorre no contexto de diálogos e interações com outros sujeitos.

Essa abordagem integradora visa respeitar a individualidade de cada criança, enquanto promove uma educação significativa e inclusiva. Ficando explícito portanto que o Referencial reconhece que a infância é socialmente construída, onde crianças podem ser vistas como seres sociais ativos, construindo e criando relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA INFÂNCIA PARA ANÁLISE TEÓRICA E PRÁTICA SOBRE A CRIANÇA E A INFÂNCIA NA PESQUISA E NO COTIDIANO ESCOLAR DO PROFISSIONAL PEDAGOGO

Os Estudos da Infância constituem-se como um eixo fundamental para compreender as concepções de criança e infância de forma teórica e prática, especialmente no contexto de continuidade educativa entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. É possível constatar que os diferentes cadernos de Referenciais oferecem perspectivas complementares e necessárias à análise das especificidades das infâncias, permitindo a construção de práticas pedagógicas que respeitem as singularidades e promovam uma educação significativa.

No Referencial Curricular da Educação Infantil, a infância é compreendida como uma fase plural, caracterizada pela curiosidade, criatividade e singularidade. As crianças são vistas como sujeitos históricos, culturais e de direitos, capazes de interagir, brincar, explorar e produzir cultura. Nesse contexto, o documento valoriza as múltiplas linguagens infantis e propõe práticas pedagógicas que considerem o protagonismo e a liberdade das crianças em seu processo de aprendizagem. Essa abordagem enfatiza a importância do brincar, das



relações afetivas e do ambiente educativo como espaços para que as crianças experimentem o mundo de maneira ativa e significativa.

Por outro lado, o Referencial Curricular do Ensino Fundamental apresenta uma concepção que valoriza a criança em desenvolvimento biopsicossocial, destacando as dimensões do ser, pensar e agir. Nesse contexto, as práticas escolares têm foco na autonomia, reflexão crítica e integração dos conhecimentos prévios aos novos saberes. O próprio Referencial traz no texto os desafios presentes no período de transição, da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, quando a criança, ainda imersa nas experiências lúdicas e subjetivas da Educação Infantil, onde o trabalho é realizado em pequenos grupos e na sequência é confrontada com demandas mais estruturadas e cognitivamente exigentes do Ensino Fundamental, com raros momentos de trabalhos dinâmicos, muitas vezes justificados pela extensa grade curricular que pouco deixa espaço para os profissionais desenvolverem a aprendizagem verdadeiramente ativa e significativa.

Esses dois documentos, ao mesmo tempo que convergem na valorização da criança como sujeito ativo e pleno, apontam para possíveis desencontros nas práticas escolares nas duas etapas educativas. Enquanto a Educação Infantil privilegia a liberdade, a ludicidade e o tempo da criança, o Ensino Fundamental tende a introduzir rotinas e metas de aprendizagem mais formais, com grande quantidade de avaliações internas e externas. Esses desencontros destacam a necessidade de um diálogo articulado entre as etapas educativas, de modo que a passagem seja compreendida como uma continuidade dos processos de desenvolvimento infantil, e não como uma ruptura.

A análise das infâncias sob essas duas perspectivas evidencia a importância de práticas escolares que valorizem a singularidade e a pluralidade das crianças. Como afirmam Prout e James “[...] a infância é tanto construída quanto reconstruída, para as crianças e pelas crianças.” (2010, p. 7) Para tanto, é imprescindível que os profissionais da educação, embasados nos referenciais curriculares, planejem ações integradas e respeitem as características próprias de cada etapa, garantindo que os encontros entre a criança e a escola sejam marcados pelo respeito e promoção do desenvolvimento integral.

Para isso os pedagogos escolares precisam assumir seus papéis de pesquisadores, envolvendo-se em discussões, participando de formações continuadas, construindo conhecimentos para constante atualização das concepções e necessidades educacionais, precisam assumir sua função crítica e posição revolucionária frente às injustiças diagnosticadas no ambiente educativo.



Cabe levantarmos algumas reflexões: A princípio a concepção de criança está muito bem trabalhada na teoria, mas o que desta teoria está chegando na prática? O Município está ofertando as condições necessárias para os profissionais desenvolverem com seus grupos estas concepções? Tendo em vista que todo processo de ruptura entre o antigo e o novo precisa de acompanhamento aproximado e de formações continuadas para apoiar a efetividade deste processo, principalmente frente à conscientização do coletivo de profissionais de que a educação deve ser constantemente repensada, função essencial do pedagogo pesquisador e formador dentro da unidade escolar.

É certo que o rigor analítico, o escrúpulo metodológico, a reflexividade contínua dos pesquisadores, a preocupação contínua dos pesquisadores, a preocupação contínua com a triangulação da informação, a exigência do “dar a ver” e a ouvir a voz das crianças e o compromisso ético são absolutamente indispensáveis e condição da fiabilidade da ciência a transmitir. (Sarmiento, 2013, p. 36)

Para além da pesquisa científica, o pedagogo pesquisador e formador precisa refletir sobre os documentos orientadores, e partindo deste princípio cabe uma reflexão bastante pertinente e que permeia todo o conteúdo tratado aqui. Considerando todo o discurso que o Referencial Curricular do Município de São José apresenta e acabamos de discorrer fica a indagação sobre qual foi a participação ativa das crianças na escrita atualizada do Referencial Curricular, se ocorreu ela não está evidenciada no documento.

As autoras Voltarelli e Nascimento (2019) apontam sobre a necessidade de considerarmos as vozes e percepções das crianças como atores sociais de pleno direito, como podemos tratar da educação de crianças, se as crianças não foram inseridas na discussão? É preciso travar a batalha social, educacional e política, na garantia do seu valor e significado, entendendo que o conhecimento das crianças não é o mesmo que o do adulto, nem inferior nem superior, apenas diferente.

Apesar da teoria contemporânea exposta em todo o documento, não é permitido que possamos ouvir a voz da criança no documento, escuta-se apenas o adulto, pelo viés do adulto ditando como a criança deve ser vista, ensinada, tratada, considerada, vemos a criança em seu viés mais potente e contraditoriamente marginalizada. Apenas com o olhar aprofundado e permeado de referenciais teóricos seremos capazes de compreender essas nuances existentes nos documentos norteadores, e munidos de aportes teóricos e reflexões críticas poderemos cobrar e lutar por mudanças reais entre teoria e prática.

As crianças são constantemente vistas e analisadas como o futuro da sociedade, como nosso futuro, mas permanecemos na postura de não consulta-las quando os assuntos tratam



diretamente de seus interesses. É preciso romper com o discurso teórico adulto e controlador e avançar frente aos direitos de participação das crianças hoje consideradas ativas socialmente.

REFLEXIBILIDADE - NA PRÁTICA, CRIANÇAS E ESTUDANTES ATIVOS

É importante trazer para reflexão que por mais que a visão de criança ativa e autônoma, capaz de participar e produzir de forma política, cultural e social, não seja uma concepção efetivada na prática de todas as esferas educacionais, é possível ser desenvolvida quando os adultos passam a compreender de forma mais aprofundada as concepções de ensino vigentes e quem são seus verdadeiros públicos, sejam eles crianças ou estudantes. Ambos estão em constante relação e interdependência com os adultos, e por este motivo não devem ser ignorados dos importantes diálogos e tomadas de decisões das unidades escolares, mas interiorizar que são capazes de participar ativamente dos processos de decisões e demandas da unidade educacional da qual fazem parte.

Sarmiento (2013) argumenta que a infância não deve ser entendida apenas como uma fase de preparação para a vida adulta, mas como um período valioso em si mesmo, em que as crianças interagem com o mundo e o transformam, de forma participativa e pelo viés da infância, são capazes de contribuir com seus saberes, observações, e inclusive com criativas sugestões de soluções que para os adultos é preciso demandar maior esforço.

Na concepção de Sarmiento (2013), o protagonismo infantil é fortalecido por práticas pedagógicas que respeitam as subjetividades das crianças e promovem sua autonomia, valorizando sua capacidade de ação e influência no meio social. Para exemplificar que é possível, traremos uma escola do município como referência de trabalho neste artigo. Houve a constituição do Grêmio Estudantil, formado por crianças da Educação Infantil, estudantes do Ensino Fundamental I e da Educação em Tempo Integral, juntamente com representantes adultos de professores, articuladora, pedagoga e direção, de maneira dialógica, discorrem sobre demandas, eventos, projeção de ações futuras, problemas vivenciados no cotidiano, dentro e fora da esfera educacional.

Assim como Corsaro (2011) destaca o conceito de culturas de pares, em que as crianças criam e recriam significados, adaptando e inovando os valores e práticas culturais que recebem dos adultos, o Grêmio Estudantil desta unidade destaca as crianças como protagonistas, ao permitir e valorizar que participem nas dinâmicas educacionais e nas tomadas de decisões, contribuindo para que as crianças coloquem em prática as suas capacidades de co-construir conhecimento por meio da interação, com seus pares, com os



adultos, e com a dinâmica escolar ao seu redor, contribuindo para uma gestão escolar mais democrática.

Prout, juntamente com James (2010), propõem a ideia de que a infância é uma construção social e que as crianças devem ser vistas como atores competentes e não como indivíduos passivos. Eles enfatizam que as crianças não apenas recebem influências, mas também contribuem para a sociedade e moldam as práticas sociais por meio de suas ações e interações. É importante salientar que o Grêmio Estudantil foi elaborado e desenvolvido com as crianças e estudantes, não sendo algo imposto em um formato pré-determinado pelo adulto. As crianças participaram de forma igualitária de todas as tomadas de decisões, refletindo sobre aspectos como eleição justa dos representantes por meio de votação e prévia campanha, escrita do regimento como documento regulatório, quantidade de reuniões no trimestre, como efetivar os repasses de informações, necessidade de um presidente e suplentes, quais as responsabilidades esses representantes teriam perante a unidade.

O protagonismo, segundo Prout (2010), está enraizado na visão da criança como um ser ativo e capaz de reflexividade, com participação significativa no processo de aprendizagem e na vida social. Todos os referenciais teóricos abordados neste artigo, compartilham a visão de que a criança e estudante protagonista é um sujeito ativo no processo de aprendizagem, que interage com o mundo, produz cultura e conhecimento, e influencia os ambientes em que está inserido. Essa perspectiva ressalta a importância de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a autonomia, a criatividade e a capacidade das crianças de construir significados e transformar sua realidade, o Grêmio Estudantil desta unidade é um modesto exemplo de que é possível fortalecer a confiança, a autonomia e a capacidade de propor soluções para questões coletivas, basta esforço do adulto em se conectar com a infância e sua capacidade de organização, escolha, atribuição de significados e representatividade.

A participação das crianças e estudantes nas decisões escolares, por meio do Grêmio Estudantil, promoveu o desenvolvimento de competências sociais, políticas e culturais, sendo notório as mudanças na questão da formação de cidadania. Anteriormente estudantes envolviam-se em conflitos com dificuldade em dialogar com os pares, ao participarem das decisões escolares permitiu-se que vivenciassem processos democráticos, como debates, votações e organizações coletivas, ajudando as crianças e estudantes a desenvolverem competências como liderança, trabalho em equipe, comunicação, organização e negociação.

Ao representarem diferentes interesses e suas respectivas turmas, os participantes aprendem a ouvir, compreender e mediar conflitos, habilidades fundamentais para a



convivência em sociedade. Por ser um espaço em que vozes diversas são ouvidas, promove o respeito às diferenças, à pluralidade de ideias e à construção de uma escola mais inclusiva, que por vezes podem ser negligenciadas se partirem ou dependerem apenas do olhar viciado dos adultos.

As crianças e estudantes que participam das decisões tendem a se sentir mais engajados e responsáveis pelo ambiente escolar. Isso contribuiu para a criação de um clima de maior pertencimento, cooperação e respeito entre as crianças, a equipe pedagógica e administrativa.

A participação no grêmio estudantil não apenas enriquece a experiência educacional, mas também prepara as crianças para serem cidadãos conscientes, críticas e participativas, desde o presente e não apenas no futuro. Essa prática fortalece a escola como espaço de aprendizado e exercício da democracia, essencial para a formação integral da criança e do estudante.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Leziany Silveira Daniel, pela orientação cuidadosa, incentivo constante e valiosas contribuições ao desenvolvimento da profissional pedagoga pesquisadora. Estendo minha gratidão à professora Angela Coutinho, que mediante a disciplina de *Infância e relações geracionais* proporcionaram reflexões enriquecedoras, ampliando a compreensão teórica e prática sobre a infância e suas relações. Agradeço minha colega de trabalho e Articuladora Suelene Henkel que prontamente entendeu a importância do desenvolvimento do Grêmio Estudantil na unidade, colaborando em todos os aspectos para sua criação e desenvolvimento. Ambas foram inspirações fundamentais na escrita deste artigo.

REFERÊNCIAS

CORSARO, William. O estudo sociológico da infância. In: CORSARO, William. **Sociologia da Infância**. Tradução de Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 13-72.

PROUT, A.; JAMES, A. Introduction and A New Paradigm for the Sociology of Childhood? Provenance, promise and problems. 2ª ed. In: JAMES, Allison; PROUT, Alan. **Constructing and Reconstructing Childhood**. London and New York: Routledge, 2010, p. 1-33.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura de São José dos Pinhais. Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais. **Referencial Curricular de São José dos Pinhais**. Atualização 2024.



SARMENTO, Manuel. Sociologia da Infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, Romilda T.; GUARANHANI, Marynelma C. **Sociologia da infância e a formação dos professores**. Curitiba: Editora Champagna, 2013, p. 13-46.

VOLTARELLI, Monique Aparecida; NASCIMENTO Maria Letícia Barros Pedroso. A infância na América Latina: aportes do campo dos Estudos da Infância em Argentina, Brasil e Chile. In: **Sociedad e Infâncias**, n. 3, 2019, p. 211-235. Disponível em: [file:///C:/Users/angel/Downloads/63789-Texto%20del%20art%C3%ADculo 4564456572684-2-10-20200116.pdf](file:///C:/Users/angel/Downloads/63789-Texto%20del%20art%C3%ADculo%204564456572684-2-10-20200116.pdf). Acesso em: 10/02/2021.

